

Sindicalismo, história e memória coletiva viva: a construção de interfaces

*Erlando da Silva Rêses**

TEORIAS DO SINDICALISMO

Não se pretende esgotar em algumas páginas as teorias do e sobre o sindicalismo, tendo em vista que o sindicato recebe uma ampla gama de conceituações, dependendo dos papéis que é chamado a exercer em determinados momentos na sociedade (Dal Rosso; Cruz e Rêses, 2011). O objetivo deste texto é lançar elementos para uma reflexão sobre as teorias e a história do sindicalismo que possam contribuir para a constituição da memória coletiva e que atendam a pressupostos de pesquisa e atuação no movimento sindical.

Em quase todos os países ocidentais, os sindicatos têm uma dupla origem: por um lado, de solidariedade e de defesa; por outro, de revolta contra o modo de produção capitalista e o seu *establishment* (Regini apud Bobbio, 1993). São tendências preexistentes à formação das organizações sindicais, situada entre os fins do século XVIII e início do século XIX.

A primeira forma se expressa na constituição de sociedades de mútua ajuda e de ligas de resistência. A segunda traduz-se na fábrica, em sabotagem da produção e em luta por direitos políticos. Conforme Marino Regini, ambas têm alguns elementos característicos comuns. Por exemplo, nascem das condições de desigualdades em que vive uma classe operária jovem ou em vias de formação. Manifestam a rejeição operária à sociedade global e visam à constitui-

* Doutor em sociologia da educação e do trabalho pela Universidade de Brasília (UnB). Professor adjunto da Faculdade de Educação (FE) da UnB. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (GEPT) do Departamento de Sociologia da UnB e da Rede Aste. Coordenador do Centro de Memória Viva – Referência e Documentação em Educação Popular, Educação de Jovens e Adultos e Movimentos Sociais do DF (<http://forumeja.org.br/cr>). E-mail: erlando@unb.br.

ção de uma cultura autônoma e têm como objetivo dominante o desenvolvimento de cooperativas de produção administradas pelos próprios operários. As duas tendências podem ser definidas como *solidaristas*, que levam para o emergente mundo industrial valores de origem camponesa, e a *Revolucionária-anarquista*, que vê nas cooperativas o instrumento para a abolição do trabalho assalariado (Regini apud Bobbio, 1993).

Foi sob a inspiração dessas tradições que se desenvolveram as primeiras organizações sindicais de base territorial. Na Inglaterra, as associações de Robert Owen, entre outros; nos Estados Unidos, *Cavalheiros do Trabalho*; na França, as *Bourses du travail*, que serviram de referência ao modelo de *Camere del Lavoro* italiano. A forma organizativa de base territorial refletia a estrutura produtiva da altura, caracterizada por uma multiplicidade de pequenas empresas e por uma elevada mobilidade geográfica do operariado, tendo ainda uma orientação mais voltada para a ação política do que para a ação contratual com as empresas. Como traço distintivo do aparelho organizacional, destacava-se um baixo grau de centralização, ao mesmo tempo em que inexistia uma burocracia de funcionários e as revoltas operárias surgiam com intensidade.

A partir da segunda metade século XIX, a organização sindical assente em base territorial é substituída por outro tipo de organização, que tem como critério a especialização profissional. Institui-se a

fase do “sindicalismo de profissão”, pela qual passam todos os movimentos operários ocidentais. Os sindicatos organizam somente as camadas superiores da classe operária, que gozam de uma situação privilegiada no mercado de trabalho (Regini apud Bobbio, 1993: 1.153).

Estes terminaram por desenvolver uma “consciência de produtor”, que é, em si, ambivalente, pois leva, de um lado, à ideologia do *socialismo gerencial* e, de outro, a uma reação defensiva de tipo proprietário. Isto é, a reação do operário “profissional especializado”, privado dos seus instrumentos de produção, continua sendo uma reação de proprietário:

Ele defende como seu bem mais caro a única propriedade que lhe ficou, a do seu mister. O socialismo representa a reaproximação dos meios de produção de que o artesão tinha sido privado (Mallet, 1967: 23-24).

Tais camadas da classe operária constituíam uma “aristocracia privilegiada” e, ao mesmo tempo, uma *vanguarda politizada*.

Entre os fins do século XIX/início do século XX, outra mudança se operacionalizou na organização sindical. Passou-se do *sindicalismo de profissão* ao *sindicalismo de indústria*. Essa passagem pode ser descrita

como a história de um alargamento progressivo da ação de defesa econômica a novos grupos operários sem qualificação profissional; ou pelo contrário, como uma crise profunda do velho tipo de sindicalismo (Regini apud Bobbio, 1993: 1.153).

A segunda possibilidade parece ser a mais credível, pois o sindicalismo de indústria tem suas origens na fase de industrialização extensiva que vários países da Europa experimentaram, no período referido, e que “introduziu na produção industrial grandes massas sem qualificação profissional e sem tradições operárias” (Regini apud Bobbio, 1993: 1.153). Entretanto, exposto frequentemente, perante a hostilidade das velhas organizações sindicais e numa situação de fraqueza no mercado de trabalho esta nova forma de sindicalismo não se consolidaria senão após a verificação de outro fenômeno: a introdução de novos inventos tecnológicos e o impulso frequente à racionalização da produção. Estes

puseram em crise o profissionalismo em que se baseava a força do operário profissionalmente qualificado, bem como aumentando a rigidez do ciclo produtivo, ofereciam aos operários sem qualificação profissional o poder de bloquear a produção (Regini apud Bobbio, 1993: 1.153).

Se os novos inventos tecnológicos e a racionalização romperam os limites do monopólio profissional, permitindo a organização de vastos grupos operários, a proveniência camponesa das novas massas urbanas rompeu também os limites da subcultura operária, com o seu projeto revolucionário e com a sua cultura política autônoma. Na medida em que cresceu o peso dos sindicatos na sociedade, registrou-se uma tensão ideológica nos mesmos. A atividade que passou a prevalecer, ao lado ou em lugar da atividade política, foi a da contratação. Este novo papel, juntamente com o alargamento da base representativa, propiciou o desenvolvimento de novos mecanismos de organização interna dos sindicatos, e daí “surgem os problemas de sua burocratização e tecnicização. Salvo poucas exceções, a atividade sindical torna-se em toda parte mais centralizada” (Regini apud Bobbio, 1993: 1.153).

Tal mudança, como referem Bobbio e Pasquino, marcou a passagem de um “sindicalismo de oposição” para um “sindicalismo de controle”. Ou seja, a tensão revolucionária do movimento operário atinge o seu auge entre os fins do século XIX e as primeiras e décadas do século XX, sendo símbolos disso, o sindicalismo revolucionário francês e a Revolução Bolchevique. A partir daí, e especialmente no pós-Segunda Guerra, verifica-se o seu declínio constante, que é acompanhado pelo predomínio progressivo do aspecto organizacional, do sindicalismo institucional, sobre o aspecto de movimento. Isto é, o sindicalismo foi convidado a tomar parte na estrutura do Estado, e para exercer as atividades de parceiro estatal, limitou sua atuação à definição de estratégias organizacionais para executá-las, sendo levadas a cabo por um corpo de dirigentes e de funcionários especializados. Assim, o sindicalismo transforma-se em instituição burocratizada, revelando o aspecto de movimento, ou seja, o de atuação que, não sendo corporativa, se apoia em manifestações públicas impulsionadas pelas bases associadas dos diversos sindicatos e promove lógicas contrárias às lógicas estatais.

O fator central ao qual se deve atribuir este deslocamento da atuação do sindicalismo diz respeito ao papel que os sindicatos foram chamados a desempenhar com a estruturação do

Estado de Bem-Estar Social, o chamado Estado-Providência. Ou seja, o pacto fordista implicou um compromisso mútuo entre trabalhadores e patrões, arbitrado pelo Estado, que pressupunha renúncias de ambas as partes, para assim se estabelecer um modelo político-econômico que, nos Estados Unidos, superasse a crise dos anos 1930, e na Europa, após a catástrofe da Guerra, trouxesse a prosperidade.

O modelo adotado combinava duas formas de representação política: a democracia liberal-parlamentar e o corporativismo, que assegurava a representação funcional dos interesses divergentes. Nestas condições, o pacto fordista gerou uma relação salarial que levava os trabalhadores a uma dinâmica que, diante da ordem política, renunciava a ideia de romper, para nela integrar os sindicatos, com estes passando a se constituírem em pilares do Estado-Providência.

Assim, como salienta Marino Regini, no pós-Guerra os sindicatos tendem a apresentar características comuns. Entretanto, há diferenças que permitem a formação de tipos de sindicalismo. Embora os critérios em que tal diferenciação se apoia dependa do aspecto que se pretende realçar, no geral, é possível apresentar uma síntese que identifica três grupos principais de sindicatos. Os da Europa do Norte (Alemanha, Áustria, Holanda, Países Escandinavos e, dentro de certos limites, a Inglaterra); os dos países latinos (França e Itália); e os norte-americanos (Regini apud Bobbio, 1993). A diferença entre estes três grupos de sindicatos pode ser analisada sob três diferentes pontos de vista: a *estrutura* dos mesmos, o *sistema de relações industriais* e o *papel desempenhado na política econômica nacional*.

No que concerne à estrutura, até a década de 1960, era tradicional atribuir aos sindicatos dos países latinos um alto nível de centralização, manifestada, por exemplo, na prevalência das confederações, situação inversa à dos sindicatos norte-americanos que, descentralizados, têm como base da sua estrutura organizativa as secções sindicais de fábrica. Sob este ponto de vista, os sindicatos norte-europeus estariam num patamar intermediário, registrando-se o predomínio das federações.

No que se refere ao *sistema de relações industriais*, a principal diferença entre os sindicatos diz respeito à articulação entre o instrumento da contratação coletiva e o da atuação política. O sindicalismo norte-americano privilegia o primeiro. Através da contratação com as empresas, ele tende a regular todos os aspectos relativos à situação de trabalho (entre eles, as férias, as reformas, os seguros saúde etc., ou seja, aspectos que na Europa, são objeto de legislação). Os sindicatos europeus, pelo contrário, têm tradicionalmente recorrido mais à ação legislativa e à participação na formulação das decisões políticas, apoiando-se numa estreita relação com os partidos socialistas ou trabalhistas no governo; e mais especificamente nos países latinos, onde os partidos operários geralmente ficam na oposição: “o sindicato pode tentar contratar diretamente com o governo ou opor-se a ele, mas, em ambos os casos, mais como portador de interesses gerais do que de reivindicações particulares” (Regini apud Bobbio, 1993: 1.155). Isto é revelador de outro elemento:

Uma diferença fundamental entre o caráter associativo do sindicalismo norte-americano, que representa somente os interesses dos membros, e os sindicatos europeus, que tendem a tornarem-se porta-vozes da classe em seu conjunto (Regini apud Bobbio, 1993: 1.155).

Em relação ao papel desempenhado pelos sindicatos na política econômica nacional, verificou-se um aumento em todos os países após a Segunda Guerra Mundial, com as suas ações voltadas tanto para as políticas econômicas gerais de renda, da indústria e do trabalho como para iniciativas específicas em função dos interesses particulares de classes e grupos sociais. Foi nesse sentido que se fez uma distinção entre *economic policy unionism* e *pressure group unionism* (na tradução direta, “sindicalismo de política econômica” e “sindicalismo de grupo de pressão”). Este último, representado pelo sindicalismo norte-americano, não intervém na formulação da política econômica, pois “reproduz, em nível político, somente uma série de interesses fragmentários. Sob este ponto de vista, é claramente diferente dos sindicatos norte-europeus e latinos” (Regini apud Bobbio, 1993: 1.155).

Em algumas realidades o vácuo de investigação sobre sindicalismo foi responsável por uma lacuna compreensiva deste fenômeno. Registra-se nas abordagens realizadas a ausência de articulação com as formulações fundadoras deste campo temático. Isto, paradoxalmente, num momento em que os sindicatos metamorfoseiam-se e o entendimento das reconfigurações que os mesmos assumem exige um olhar que capte as orientações que impulsionaram o seu surgimento. Daí a necessidade de uma breve incursão nas Teorias Clássicas do Sindicalismo. O que há de comum nestas teorias

é o fato de elas terem sido elaboradas como teorias de caráter geral, enquanto, na realidade, refletem integralmente só uma ou outra das diversas alternativas presentes no movimento sindical em diversos países e períodos históricos (Regini apud Bobbio, 1993:1.150).

Elas foram consideradas como autointerpretações destas diversas tendências e influenciaram a visão de si e dos próprios fins que o movimento sindical adotou: são, portanto, ao mesmo tempo, explícita ou implicitamente, *análise* e *doutrina*. Desta forma, pode-se apontar três linhas interpretativas: a marxista, a soreliana e a de Perlman, do casal Webb (Sidney e Béatrice). As duas primeiras estão vinculadas à interpretação de grande parte do sindicalismo europeu, enquanto que a última diz respeito mais especificamente ao sindicalismo anglo-saxão/norte-americano, o que não significa a inexistência de influência das duas primeiras neste último.

A contribuição do marxismo não está elaborada num espaço específico do modelo teórico marxista. Ela só pode ser entendida no contexto da análise que Marx e Engels realizam da sociedade capitalista e dos fatores de sua mudança. Decorre daí que a classe operária, como vanguarda, teria um papel central na transformação política. Foi relevante na análise marxiana clássica o fato de situar o fenômeno sindical numa sociedade estruturalmente dividida em

classes sociais, superar os limites de uma abordagem meramente “comportamentalista” – em sentido psicológico estrito – das suas origens e motivações. Nesse sentido, o trabalho de Engels (1988) sobre a classe trabalhadora inglesa é uma referência.

A perspectiva “revolucionária” leninista apresenta uma clara hierarquização entre o partido e o sindicato, a ação econômica reivindicativa e a ação política autônoma dos trabalhadores. Lenin (1979) retoma na sua totalidade a visão formulada por Marx e Engels acerca dos limites estruturais da luta sindical e econômica. Ele compreende que para os sindicatos contribuírem para o projeto de transformação social por meio das lutas do trabalho eles devem se transformar em “escolas de socialismo”. Para que isso ocorra, devem estar colocados sob a orientação da estratégia política revolucionária do partido. Entendido este como a organização capaz de apreender a totalidade da estrutura dos conflitos sociais e da dinâmica do processo histórico, e de planejar as estratégias e táticas da luta cotidiana dos trabalhadores de modo a explorar os mecanismos desta dinâmica e desta estrutura de conflitos que são favoráveis à vitória destas lutas e à realização da missão histórica do proletariado.

Ao se valer parcialmente da matriz marxiana clássica, o francês Georges Sorel tornou-se fundador da tradição inspiradora do anarco-sindicalismo, que também recebeu contributos do italiano Arturo Labriola. Trata-se de uma perspectiva que

busca na autonomia operária, que se manifesta nos sindicatos, uma “sociedade total”, com sua economia, suas formas de organização e sua cultura, a ser contraposta à sociedade burguesa (Regini apud Bobbio, 1993: 1.151).

Ao parlamentarismo, à política de alianças e à inserção nas instituições, o anarcossindicalismo contrapõe uma pureza e uma totalidade operária que se expressam em suas organizações autênticas, ou seja, os sindicatos.

Selig Perlman, principal teórico do sindicalismo norte-americano, e o casal Webb, formuladores do *trade-unionism* inglês, desenvolvem uma análise de tipo funcionalista. Para os Webb, por exemplo, a função dos sindicatos é definida dentro dos limites restritos da defesa dos operários da ação do mercado. Esta atividade deveria ser compatível com a funcionalidade do sistema, isto é, com os objetivos da produtividade empresarial e de desenvolvimento econômico (Webb & Webb, 1987). A análise de Perlman fornece a interpretação de uma tendência bem precisa no movimento sindical: a do *sindicalismo de negócios*, ou *de resultados*, norte-americano (*business unionism*), que tem como prioridade os resultados imediatos para os representados:

Renuncia ao esforço pela realização de profundas reformas no sistema, rejeita a ação política de massa e aceita influir apenas setorial e esporadicamente nas decisões cruciais da sociedade (Regini apud Bobbio, 1993: 1.152).

Por fim, no interior do marxismo Lenin ressalta que o sindicato é o *locus* onde “devemos empreender ativamente o trabalho de educação política da classe operária, de desenvolvi-

mento da sua consciência” (Lenin, 1979: 83), por entender que ele “é uma organização educadora, uma organização que atrai e instrui; uma escola de tipo completamente diferente” (Lenin, 1979: 293).

PRIMÓRDIOS DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA

Da mesma forma que não se pretendia esgotar as teorias sobre o sindicalismo, também não se pretende levar à exaustão a história sobre a origem e o desenvolvimento do sindicalismo no Brasil. Há uma breve discussão sócio-histórica que colabora para a discussão sobre a memória coletiva viva.

O surgimento da classe operária brasileira remonta aos últimos anos do século XIX e está vinculado ao processo de transformação da economia nacional, baseada no trabalho escravo. Todavia, é com o trabalho assalariado em substituição àquele tipo de trabalho que se estabeleceram as bases para a constituição do capital industrial. Sadi Dal Rosso e Magda Lúcio sustentam que

no Brasil assim como nos países periféricos com organização do trabalho sob formas de escravidão, servidão, parceria e autonomia, a importação da ideia de sindicato aconteceu bem mais tarde, quando o assalariamento começou a ter relevância como forma de organização do trabalho (Dal Rosso e Lúcio, 2004: 114).

As primeiras formas de organização dos trabalhadores brasileiros foram as sociedades de socorro e auxílio mútuo, que tinham por objetivo auxiliar materialmente os trabalhadores em momentos de dificuldades, por exemplo, durante as greves. Posteriormente, em substituição a essas associações mutualistas, surgiram as uniões operárias que, com o advento da indústria, deram origem aos sindicatos (Simão, 1966).

De modo mais sistematizado, ocorre em 1906 o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, que contou com a participação de delegados dos estados onde as mobilizações sindicais estavam mais desenvolvidas, como foi o caso de São Paulo e Rio de Janeiro. Neste Congresso, foram lançadas as bases para a criação de uma organização operária sindical de âmbito nacional. Daí surgiu a Confederação Operária Brasileira (COB) para empreender esforços no cumprimento das reivindicações dos trabalhadores, como melhores condições de trabalho e aumentos salariais, além de estabelecer contatos com sindicatos de outros países, no sentido de desenvolver campanhas de solidariedade, para estabelecer aquilo que viria a ser o *internacionalismo operário*.

As divergências entre anarcossindicalistas e socialistas no interior do emergente sindicalismo brasileiro contribuíram para o esvaziamento da Confederação Operária, o que se tentou reverter nos II e III Congressos, respectivamente em 1912 e 1920.

O governo empreendeu ações para controlar o movimento sindical. No Congresso de 1912 o presidente da República, Hermes da Fonseca, foi considerado o presidente honorário do

mesmo. A partir de então, a influência governista desenvolveu-se no interior de alguns sindicatos, com a “fabricação” de líderes. Tais líderes chegaram a dirigir categorias com forte tradição de mobilização, como foi o caso dos ferroviários e dos marítimos, que adotaram uma posição de inteira conciliação em relação ao Estado, e nisto se diferenciavam dos anarcossindicalistas. A ação direta, a greve como deflagradora da negociação coletiva e como momento de “greve geral”, surgiram como instrumentos de luta dos anarquistas, enquanto aqueles líderes eram imediatistas e suas greves não questionavam o *status quo*. Com este posicionamento eles foram denominados de “*sindicalistas amarelos*” ou *krumiros*¹ por sua obediência e subordinação ao governo (Alem, 1991).

A conjuntura após 1915, mais precisamente entre 1917-1920, fez com que o crescimento das manifestações operárias assumisse uma forma autônoma e não dependesse das lideranças sindicais. Após a Primeira Guerra Mundial, a crise de produção, a perda do poder de compra dos salários e a influência da Revolução Russa foram os responsáveis por um ascendente movimento grevista, assumindo em muitos lugares proporções inimagináveis. Um estudo coordenado por Eulália Lobo na Universidade Federal Fluminense no Rio de Janeiro registra 110 greves operárias entre 1915 e 1924 (Lobo, 1992).

Em São Paulo, o movimento grevista neste período também foi intenso. A greve geral de 1917, iniciada numa fábrica de tecidos, recebeu a solidariedade e a adesão inicial de todo o setor têxtil e depois das demais categorias. A manifestação estendeu-se por todo o Estado e, em poucos dias, o movimento passava de 2 mil para 45 mil trabalhadores. Este período foi o auge da influência do anarquismo no sindicalismo brasileiro (Skidmore, 1998).

A influência causada pela vitória da Revolução Russa junto aos operários brasileiros fez com que um grupo de militantes anarcossindicalistas decidisse romper com esta perspectiva e fundar o Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922. Todavia, após alguns meses de sua fundação, o PCB foi posto na ilegalidade, o que não impediu que suas atividades continuassem a ser desenvolvidas.

O movimento sindical tornou-se uma referência central na atuação dos comunistas, enquanto a influência anarcossindicalista declinava. É tanto que, em 1929, os comunistas criaram a Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro e realizaram o Congresso Sindical Nacional com a participação de diversos estados do país. A tendência dos comunistas era fundar uma confederação, o que só ocorreria posteriormente.

Para muitos operários e líderes sindicais, o anarquismo mostrava sérios limites que jamais conseguiria superar. Sobre este aspecto, o militante anarquista Astrojildo Pereira, que abando-

1 A expressão *krumiro* surgiu na França (*krumirs*) no século XIX e vincula-se à fama dos orientais no movimento operário, vistos pelos demais como fura-greve, sabotadores do movimento e colaboradores com os patrões (Koval, 1982).

nou o movimento para se integrar na fundação do Partido Comunista, afirmou que não havia dúvida de que muitas das reivindicações pelas quais lutavam as massas trabalhadoras haviam sido alcançadas, parcial ou totalmente; no entanto, ele frisa que a natureza e o volume das vitórias alcançadas não estavam em proporção com o vulto ou a extensão do movimento geral, e acrescentou ainda que as reivindicações por aumento de salários, por melhores condições de trabalho etc., constituíam um fim em si mesmo, ao invés de um ponto de partida para reivindicações crescentes de nível propriamente político (Pereira, 1962).

Nesta nova conjuntura, em paralelo à influência dos anarquistas e dos comunistas no sindicalismo brasileiro, o governo voltou a ensaiar uma nova tentativa de controle junto a alguns setores operários. Foi dessa forma que, em 1921, o presidente Epitácio Pessoa criou o Conselho Nacional do Trabalho, com o objetivo de exercer gerência sobre os sindicatos, de forma a torná-los órgãos de conciliação entre as classes. O governo não estava disposto a tolerar o sindicalismo independente e os seus protestos e reivindicações e, como reflexo dessa posição institucional, o presidente Washington Luís chegou a afirmar que a questão social era um caso de polícia (Skidmore, 1998).

As decorrências da crise da Primeira República convergiram para aquilo que na historiografia política brasileira se conhece como a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, que encerra a primeira fase da vida republicana nacional.

Getúlio Vargas foi alçado ao poder para gerir um Estado-Compromisso entre as diferentes frações das classes dirigentes, de modo a realizar uma gestão pautada na conciliação entre elas e na cooptação do segmento responsável pelos protestos sociais: o movimento sindical.²

HISTÓRIA E MEMÓRIA COLETIVA VIVA

O quadro de referência teórica organiza os contornos da memória e vice-versa. Noutras palavras, não se constitui teoria sem um arcabouço histórico delineado e organizado. Neste sentido, a base teórica e histórica do e sobre o sindicalismo dos trabalhadores lançam dados para a constituição de uma memória coletiva e viva da luta e organização, permitindo a produção coerente de novos conhecimentos sobre a temática ou temas correlatos.

A história ainda é coisa de historiadores que tratam do passado enquanto as demais áreas cuidam do presente e do futuro. Hegel, ao buscar superar a história como pura contingência,

2 Depois da ascensão de movimentos grevistas em 1931-1932 e 1934-1935, são lançadas as primeiras medidas de cooptação (a Lei de Férias de 1933 só permitia o gozo do direito ao trabalhador que fosse inscrito em sindicato reconhecido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio). É nessa época em que nasce o *pelego*, versão aprimorada do velho *krumiro* ou colaboracionista *amarelo*. Pelego é uma palavra de origem gaúcha que significa a lã do carneiro usada para amortecer o contato da sela com o cavalo (Alem, 1991).

é levado a uma concepção apriorística de história, à qual se assemelham versões dogmáticas e estreitas do marxismo, que se limitam ao nível de proposições gerais, abstratas (Ciavatta, 2009: 50).

Jorge Nagle, pesquisador em educação, ressalta o “desprezo pela dimensão histórica” a as dificuldades comuns às deficiências do estágio atual dos estudos históricos no país, tais como: modismos teóricos mal assimilados e pouco criticados; falta de continuidade na pesquisa; desprezo pelas informações, pelo dado empírico de natureza estatística, legislativa, demográfica, religiosa, artística; esquemas de interpretação simplistas e inadequados (cf. Nagle, 1984: 27-28). É possível acrescentar os modismos mais recentes, pós-modernos, culturalistas, desenraizados da complexidade dos contextos socioeconômicos e políticos.

A memória coletiva e viva é campo de investigação da filosofia e das ciências. Na Antiguidade a memória era sobrenatural (dom exercitado). Poetas exerciam lembranças do passado para transmiti-lo aos mortais. O poeta resgata o que é importante do esquecimento. Memória e imaginação têm a mesma origem: lembrar e inventar tem ligações profundas. Na Grécia, o sujeito que lembrava tinha um papel social fundamental. Havia o hábito de deixar marcas em cera como uma espécie de “memória viva” do grupo. Em Roma, a memória era indispensável à retórica. Era preciso convencer e emocionar os ouvintes pela linguagem. Desenvolveu-se a memória oral como um saber necessário ao trabalho e à vida em grupo. Na Idade Média, surgiu a memória litúrgica ligada aos santos, mártires e milagres. O cristianismo pauta o presente pela remodelação dos acontecimentos e milagres do passado. Na Modernidade, com o comércio e a urbanização, novas ocupações demandam registro de operações, listas e transações. Desenvolveu-se a memória em textos e imagens. A memória na perspectiva africana e indígena tem forte tendência na oralidade e na demarcação territorial. Contemporaneamente, o computador é responsável pela guarda de grandes quantidades de informações e envolve todos os meios inventados anteriormente: conceitos de retenção, esquecimento e seleção; construção no presente a partir das vivências/experiências do passado e relatos individuais para constituição da memória local e coletiva. Constituir a memória coletiva e viva é parte fundamental para a pesquisa e para a história dos saberes, da luta e do reconhecimento da construção coletiva.

A história dos processos de constituição da memória coletiva pode ser dividida em cinco períodos: transmissão oral, transmissão escrita com tábuas ou índices, fichas simples, mecanografia e seriação eletrônica (Le Goff, 1985). Contemporaneamente, como resultado dos desenvolvimentos da memória no século XX, sobretudo depois de 1950, acontece uma verdadeira revolução da memória com o advento da memória eletrônica. Surge uma revolução tecnológica sem precedentes que resulta em duplo processo, interligado, de aceleração da história e preservação da memória – memória eletrônica, digital e automática. Hoje, com os avanços da informática, chegamos perto de uma memória ilimitada.

É possível sustentar que a relação entre teoria e história foi articulada pelos autores clássicos da sociologia. Para Weber (1994), grande parte do trabalho de tipificação, ou seja, de generalização nas ciências sociais, pressupõe a contribuição da história. Na abordagem durkheimiana, que consiste em tratar os fatos sociais como coisas, a ênfase é dada à força institucional da memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade. Durkheim, assim como Halbwachs (2004), não vê na memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, mas uma forma de acentuação da coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva do grupo. Uma memória que ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros fundamenta e reforça o sentimento de pertencimento e as fronteiras socioculturais (Pollack, 1989). O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo.

Numa relação entre passado e presente, Marx nos *Grundrisse*, afirma que

a sociedade burguesa é a organização histórica de produção mais diversificada e desenvolvida. As categorias que as relações desta sociedade exprimem e asseguram a compreensão da sua estrutura, permitem-nos também compreender a estrutura e as relações de produção das sociedades passadas (Marx, 1953).

Marx indicou o processo do pensamento histórico: vai do passado ao presente. Daí volta ao presente, que é então melhor analisado e conhecido e já não oferece à análise uma totalidade confusa (Lefebvre, 1971).

Marx explicita os elementos políticos e ideológicos da história ao concebê-la como o processo da vida real dos homens e como a ciência desse processo, como conhecimento de uma matéria e a matéria desse conhecimento, ou ainda, a história como processo vivido, a história como objeto e como método de conhecimento. Ele faz uma defesa intransigente de uma ciência da história, principalmente em *A ideologia alemã*: “conhecemos uma única ciência, a ciência da história” (Marx & Engels, 1979: 23).

A discussão do conceito de memória conduz à tendência de considerar a identidade sempre como produção social, como bem ilustra Halbwachs (2004) quando afirma que nós construímos nossas memórias como membros de grupos sociais e, nesse processo, utilizamos convenções sociais disponíveis a nós:

O sujeito constitui-se a si próprio mediante o seu confronto tanto com sua imagem especular, quanto com o “outro”, em um processo contínuo de transformação. Aqueles que lembram são os indivíduos, que revisam lembranças fragmentadas e desconectadas de acordo com narrativas consolidadas coletivamente (Halbwachs, 2004: 155).

Assim, a memória não seria apenas um registro histórico de fatos, mas uma combinação de construções sociais passadas com fatores significantes da vida social do presente, sendo permanentemente reconstruída (Proust apud Costa & Magalhães, 2001).

Jô Gondar (2000) esclarece que a memória é um instrumento de poder, de um poder que abrange todas as dimensões em que há um embate de forças, incluindo aí a própria constituição do “eu”. Ou seja, o poder controla a memória e acaba por constituir o eu. A memória encaminha sempre para uma escolha, conforme assinala a autora,

para que uma memória se configure, se delimite, coloca-se, antes de mais nada, o problema da escolha (seja ela consciente ou inconsciente): entre tantos estímulos diferenciados que nos chegam do mundo, alguns serão investidos a ponto de se tornarem traços mnêmicos, ao mesmo tempo em que outros serão segregados, esquecidos sem que jamais se tenham convertido em memória (Gondar, 2000: 36).

De acordo com estas definições, memória, identidade e história apresentam-se em um processo de interação e construção: a memória constitui a identidade à medida que reforça por meio de lembranças a unidade e continuidade do si mesmo ou o sentimento de pertencimento a um grupo; ao mesmo tempo, ela é constituída pela identidade, uma vez que o processo de identificação agirá na seleção e configuração dos episódios a serem lembrados, reordenando-os em uma nova história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Le Goff, a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica. A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva ou social sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (Le Goff, 1985).

A história dos povos mostra que os diferentes relatos e concepções que constituem sua história têm, implícita ou explicitamente, posições político-ideológicas de exaltação da impugnação a pessoas, ações e acontecimentos, atos esses que se confinam ao passado. Isso porque os relatos não são apenas narrativas cronológicas ou lineares, histórias objetivas ou versões subjetivas do passado. Descrições, notícias, informações e explicações relacionam uma coisa a outra, um momento a outro, um pensar e um agir a outros; são discursos prenhes de elementos de ação que se projetam do passado para o presente e instauram formas de ser do passado no presente, em direção ao futuro (Ciavatta, 2009).

O estudo da história e da memória presente e passada do sindicalismo da educação, por exemplo, podem contribuir para o avanço e consolidação da área por meio do acúmulo qua-

lificado de estudos e pesquisas que possibilitem um lugar de referência para melhor dialogar com estados e regiões do país, bem como garantir o intercâmbio com outros países, sobretudo os latino-americanos, cuja história se assemelha à brasileira, além de guardar influências, reciprocidades e laços com a educação. O pesquisador e sociólogo Sadi Dal Rosso sustenta que a teoria do sindicalismo docente está contida dentro da discussão geral do lugar e do papel do sindicalismo na sociedade. Significa que “a partir do sindicalismo em geral olha-se o sindicalismo em educação” (Dal Rosso, 2011: 17). A Rede de Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores da Educação (Aste) pretende fomentar o vínculo entre sindicalismo, história e memória, de modo a perpetuar e garantir o avanço na pesquisa e produção acadêmica.³

BIBLIOGRAFIA

- ALEM, Silvio Frank. História do sindicalismo brasileiro: uma periodização. *Universidade e Sociedade*, Ano I, n. 1. Brasília: 1991, p. 56-65.
- BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. v. 2. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.
- CIAVATTA, Maria. *Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-1960)*. Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Faperj, 2009.
- COSTA, Cléria Botelho da; MAGALHÃES, Nancy Alessio (Orgs.). *Contar história, fazer história: história, cultura e memória*. Brasília: Paralelo 15, 2001.
- DAL ROSSO, Sadi; LÚCIO, Magda de Lima. O sindicalismo tardio da educação básica no Brasil. *Universidade e Sociedade*, Ano XIV, n. 33. Brasília: 2004, p. 115-125.
- DAL ROSSO, Sadi; CRUZ, Hέλvia Leite; RÊSES, Erlando. Condições de emergência do sindicalismo docente. *Proposições (Revista quadrimestral da Faculdade de Educação/Unicamp)*, v.22, n. 2. Campinas, maio/ago. 2011.
- DAL ROSSO, Sadi (Org.). *Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas*. Brasília: Paralelo 15, 2011.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1988.
- GONDAR, J. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: COSTA, I.; GONDAR, J. (Orgs.). *Memória e espaço*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: *ENCICLOPÉDIA Einaudi*. Lisboa: Casa da Moeda, 1985.
- LEFEBVRE, H. *O fim da história*. Lisboa: Dom Quixote, 1971.
- LENIN, Vladimir Ilich. *Sobre os sindicatos*. São Paulo: Lech, 1979.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (Coord.). *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe*. Rio de Janeiro: ACESS Editora, 1992.

3 Informações sobre a Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo em Educação (Rede Aste) disponível em: <<http://nupet.iesp.uerj.br/rede.htm>>.

MALLET, Serge. *La nouvelle classe ouvrière*. Paris: Seuil, 1967.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

NAGLE, Jorge. História da educação brasileira: problemas atuais. *Em aberto*, v. 3, n. 23. Brasília, Inep, set./out. 1984, p 27-29.

PEREIRA, Astrojildo. *A formação do PCB*. Rio de Janeiro: Vitória, 1962.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista de Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro: 1989, p. 3-15.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma história do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Dominum Editora, 1966.

WEBB, Sidney; WEBB, Béatrice. *Historie du trade-unionisme*. Paris: Girard, 1987.

WEBER, M. *Economia e sociedade*. 3. ed. Brasília: EdunB, 1994.

